

## **O DIREITO À ACESSIBILIDADE E A ATIVIDADE DAS LEDORAS NA UFPEL: UMA DISCUSSÃO NA PERSPECTIVA DA ANTROPOLOGIA**

**CHAGAS, Fernanda da Silva<sup>1</sup>; SCHMALFUSS, Marcos Gabriel Nunes<sup>2</sup>;  
LEBEDEFF, Tatiana Bolivar<sup>3</sup>**

<sup>1</sup>UFPEl, aluna do curso de Ciências Sociais - Bacharelado; <sup>2</sup>UFPEl, aluno do curso de Licenciatura em Música; <sup>3</sup>UFPEl, Coordenadora do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão. nai.prg@ufpel.edu.br.

### **1 INTRODUÇÃO**

Em meio a diversas ações para uma ampliação do acesso ao ensino superior, vê-se que muito se evoluiu no que concerne ao ingresso de pessoas com deficiência nessa modalidade de ensino. Contudo, muitas questões acerca da acessibilidade e da inclusão das pessoas com deficiência devem receber maior atenção, especialmente aquelas que se referem à qualidade do ensino que está sendo oferecido, sendo inadequada uma política que proponha a inclusão sem assegurar os direitos mínimos enquanto estudante e que não garanta a permanência com qualidade desses estudantes no ensino superior. Este trabalho, portanto, busca trazer algumas questões referentes à inclusão e acessibilidade de estudantes com deficiência na universidade. Considera-se necessário investigar as políticas educacionais que vem sendo desenvolvidas para melhorar a acessibilidade desses alunos no ambiente acadêmico.

O presente estudo restringe sua investigação na Universidade Federal de Pelotas, focando na análise da atividade de leitor que é desenvolvida por alunas bolsistas de graduação e de extensão. A atividade de leitor é aqui concebida como uma política educacional do ensino superior que possibilita o acesso de deficientes visuais aos conteúdos bibliográficos disponíveis para uma melhor apreensão do conhecimento dentro da academia. A ação é vinculada ao Núcleo de Acessibilidade e Inclusão – NAI, criado em 2008. O referido núcleo desenvolve e fomenta ações que possibilitam a inclusão e a acessibilidade dentro do ambiente acadêmico, visando a criação de ações inclusivas dentro da UFPEl. Assim, aqui se vê necessário discutir, também, a inclusão e a acessibilidade não como sinônimas, mas sim como conceitos complementares, pois se entende que após a inclusão de pessoas com deficiência à universidade é preciso garantir a permanência dos mesmos nesse ambiente, assegurando seus direitos enquanto alunos e cidadãos.

Este trabalho foi desenvolvido com base na metodologia de estudo de caso, analisando a prática da leitura mediada realizada entre uma ledora e um leitor com baixa visão, ambos estudantes da UFPEl, porém em cursos distintos, Ciências Sociais e Música, respectivamente. Por fim, será apresentada uma relação entre a prática do leitor com a prática do antropólogo, mostrando algumas semelhanças que estas duas atividades podem apresentar. Dessa forma, vê-se que a antropologia pode ser vista como um interessante elemento de contribuição para o desenvolvimento da atividade de leitor, auxiliando a conhecer um pouco mais acerca do universo do “outro”, proporcionando um melhor entendimento da realidade vivida pelas pessoas com deficiência, contribuindo assim, com a inclusão destas na academia.

## 2 METODOLOGIA (MATERIAL E MÉTODOS)

A metodologia utilizada nessa investigação foi a denominada Estudo de Caso, que visa compreender profunda e detalhadamente como funciona um determinado fenômeno, uma realidade específica. Nesse trabalho, os encontros para a realização da leitura mediada entre uma ledora e um leitor com baixa visão, foram o objeto de análise. Contudo, o referido método foi complementado com a utilização de aspectos inerentes da pesquisa etnográfica, como a observação participante e buscando-se fazer uma *descrição densa* (GEERTZ, 1978) do caso em estudo.

## 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quando se fala em inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior deve-se chamar atenção para um elemento muito importante: a permanência destes no ambiente acadêmico, oferecendo-lhes as devidas condições para manterem-se dentro da universidade, possibilitando o acesso aos meios fundamentais para um bom desenvolvimento acadêmico. Assim no que concerne a essa discussão, é possível levantar questionamentos como: estes estudantes incluídos têm os meios necessários para a permanência e seu bom desempenho dentro desse ambiente? A estrutura física e pedagógica está preparada para atendê-los? Os profissionais e alunos estão preparados para lidar com as diversidades dentro da academia? A partir dessa discussão é possível emergirem inúmeros questionamentos quanto à qualidade da inclusão, portanto a igualdade de condições para o acesso e permanência, princípio contido na lei que estabelece diretrizes e bases da educação brasileira (Lei 9.394/96), é um importante ponto que deve ser levado em consideração e visto se na prática esse princípio vem sendo seguido.

Nesse sentido, o presente trabalho foca sua análise em uma das ações desenvolvidas pelo Núcleo de Acessibilidade e Inclusão - NAI da UFPel que consiste na atividade desenvolvida pelas ledoras. Este setor institucional é aqui entendido como um importante executor de políticas educacionais que visam fomentar a inclusão e a acessibilidade dentro da instituição. Em suma, a atividade analisada neste trabalho consiste na leitura feita por uma vidente a uma pessoa com deficiência visual. Esta atividade vem sendo desenvolvida por alunas bolsistas do NAI e tem o objetivo de proporcionar o acesso a textos escritos a pessoas que não enxergam. Contudo, a partir da análise da referida prática é possível perceber que essa extrapola a função objetiva de ler para alguém que não pode enxergar, mas constitui-se como uma atividade de aprendizagem entre ambas as partes envolvidas na leitura, tornando-se uma vivência singular de troca de experiência. Compreende-se, a partir da vivência compartilhada, um pouco mais acerca das apreensões, significações, dificuldades e desafios que uma pessoa com deficiência visual encontra dentro de uma universidade.

Percebe-se que para o desenvolvimento da atividade de ledor é necessário algo além do simples ler para alguém que tem dificuldade de enxergar ou não enxerga, sendo necessário não somente o “saber ler” por meio da visão, para proporcionar o acesso a textos às pessoas com deficiência visual. A prática requer um olhar sensível, especializado para melhor alcançar os objetivos deste tipo de leitura mediada. O ledor deve aprender a ler de forma que possibilite a compreensão

do texto lido por parte da pessoa que o escuta. Dessa forma, o ledor deve mostrar-se atento a pontuações do texto, entonação, ritmo, entre outros, ato esse que nem sempre segue uma regra de como “ler melhor”, mas exige que haja uma interação entre o leitor que ouve e o ledor, fazendo com que a atividade de leitura se construa de forma singular, exigindo um exercício que possibilite a familiarização com o universo estranho, o de compreender e aprender utilizando o sentido auditivo. Assim, a atividade de ledor pode ser comparada ao *trabalho do antropólogo* (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1998), pois é necessário aprender a “olhar” e “ouvir” conforme a lógica do pesquisado, e adquirir também a função de *mediador*, havendo a comparação entre a cultura do “outro”/leitor cego e a do antropólogo/ledor, ocorrendo uma dinâmica troca de experiência e utilizando-se da observação participante, para assim buscar compreender o ponto de vista do “nativo”.

Há diversas formas de leitura, por meio do tato, da visão e da audição. Esta última, no caso das pessoas com deficiência visual, tem como característica importante a chamada leitura mediada, ou seja, há um ouvinte e alguém que lê para este, podendo ser por meio de gravação ou ser feita na presença do leitor cego (SILVA, 2011). Contudo entende-se que esta leitura mediada não se constitui como algo estático onde o leitor vidente não interfere em nada quanto à forma da leitura, sendo somente um tradutor do que está escrito. Na atividade de leitura intermediada pelo ledor é perceptível uma interação entre ambos leitores, sendo responsabilidade dos dois o bom desempenho da leitura, estando presente no momento não somente os indivíduos, mas sim representantes de vivências distintas, sendo estas refletidas no ato da leitura. Dessa forma é possível fazer referência a idéia do ledor enquanto mediador entre o leitor que não enxerga e o texto que se faz a leitura, bem como, a atividade do antropólogo que de certa forma media a realidade empírica a qual está pesquisando com o universo teórico do qual pertence, ou seja, a mediação entre realidades distintas.

A partir desse trabalho de mediação vê-se que ambos leitores constituem-se como representantes de visões de mundo distintas, sendo a comparação entre a cultura do ledor e a do deficiente visual, bem como a do antropólogo e a do pesquisado fato inevitável. Assim, nesse exercício de comparação inerente a antropologia, é possível buscar compreender o “outro” e a sua própria cultura, possibilitando dessa forma um melhor entendimento de como são as percepções de uma pessoa com deficiência, em especial suas apreensões quanto à falta de acessibilidade dentro do ambiente acadêmico, sendo imperceptíveis aos que não possuem deficiências, pois não entendem, não vivenciam as mesmas experiências.

Contudo, para que esse exercício colha bons frutos é necessário o que na antropologia é chamado de observação participante, isto é, um convívio com o “nativo” para poder compreender suas apreensões, perspectivas, dificuldades, sendo isso possível somente a partir de uma vivência efetiva com o interlocutor. Busca-se então compreender o pensamento do pesquisado/leitor cego a partir de sua própria lógica e não a partir da cultura do pesquisador/ledor.

#### 4 CONCLUSÃO

A partir dos aspectos analisados referentes à inclusão e acessibilidade no ensino superior é possível destacar a importância de se discutir a qualidade da

inclusão de grupos socialmente excluídos, pois se vê que mesmo com a inserção destas pessoas dentro da universidade, se não há um respaldo por parte da instituição em assegurar direitos a uma educação de qualidade, desenvolvendo políticas educacionais que fomentem isso, tal inclusão não obtém, muitas vezes, os resultados que objetivava, pois sem os recursos necessários o estudante desiste da universidade em função das diversas dificuldades encontradas. Destaca-se assim, a importância do desenvolvimento de núcleos, órgãos dentro da universidade que discutam e promovam a permanência dos alunos dentro desta. Dessa forma, o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da UFPel é um interessante exemplo, mesmo com os diversos objetivos ainda a alcançar, para uma discussão quanto a inclusão e acessibilidade dentro do ambiente acadêmico, assegurando assim, os direitos dos estudantes com algum tipo de deficiência.

A atividade desenvolvida pelas leitoras é apresentada como, somente, uma ação possível entre muitas que podem ser executadas para melhorar a qualidade da educação universitária para alunos com deficiências. Ela proporciona o acesso dos que possuem deficiência visual a um material que enriquecerá o conhecimento adquirido, da mesma forma como possibilita um aprendizado para quem faz a leitura das obras, possibilitando uma via de mão dupla para o conhecimento: o leitor aprende ao ler para o que possui deficiência visual e mais do que isso, entende um pouco mais sobre o universo deste, suas dificuldades dentro do ambiente acadêmico, suas apreensões etc; por sua vez, o leitor cego tem a possibilidade de ter acesso a um material produzido, mas não acessível em função da sua forma de apresentação. Desse modo, ambos trocam experiências e compartilham conhecimentos. A partir do desenvolvimento da atividade de leitor é possível fazer uma relação desta com a prática antropológica, compreendendo um pouco mais acerca do universo do “outro”, entendendo sua perspectiva, podendo também, ser um elemento de transformação no ambiente acadêmico, pois ao identificar os pontos de vista das pessoas com deficiência visual é possível reivindicar por uma universidade mais democrática com inclusão e acessibilidade para todos.

## 5 REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n.º 9.394, 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>. Acesso em: 21/08/2011.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O trabalho de antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do antropólogo**. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: UNEP, 1998. Capítulo I, p. 01 – 35.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: Por uma teoria interpretativa da cultura In: GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. Capítulo I, p. 12 – 41.

SILVA, Luciene Maria da. Subjetividades Mediadas: As relações entre leitores cegos e leitores. Disponível em: [www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/GT10-4806--Int.pdf](http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/GT10-4806--Int.pdf). Acesso em: 10/05/2011.